

Magistratura

Rio Grande do Sul

Concurso 2003

Prova Preambular (1ª Fase)

Instrução: Para responder às questões de números 01 a 10, considere o texto abaixo.

- (01) Quem faz papel de nordestino na Rede Globo é quase sempre um carioca. É triste dizer isso desse modo,
(02) é triste dizer isso quando se sabe dos méritos dos autores e diretores que conseguiram, nas novelas, falar de regiões remotas
(03) desta nossa terra, falar dos "rincões" e dessa multiplicidade de tipos exóticos, caleidoscópicos e bem desenhadinhos
(04) que acabaram compondo a imagem de pluralidade dócil do Brasil integrado pela TV. É triste, vá lá, mas também é fato:
(05) o novelão das oito firmou-se como um pêndulo incansável entre a cidade (o eixo Rio-São Paulo ou o eixo São Paulo-Rio)
(06) e o campo (o interior da Bahia mítica ou então da Bahia mística); o regionalismo, quando chegou à TV, chegou
(07) ali como pastiche de si mesmo. Na TV, a prosódia nordestina nunca passou de um "nordestinês" artificial e higienizado.
(08) Exceções à parte, o Nordeste da TV está para os nordestes reais assim como o Zé Carioca do gibi está para Madame
(09) Satã. No horário nobre, o "nordestinês" falsificado, cheio de facilitações e de glamour, substitui os sotaques nordestinos
(10) autênticos e, no mesmo movimento, cassou aos nordestinos o direito de aparecer na TV.
(11) Como cassou o direito à voz dos caipiras. Se há um som que é banido do entretenimento chique no nosso país,
(12) esse som é o "erre" dos caipiras. Aquele "erre" que deveria levar um til em cima para ter a sua sonoridade representada
(13) adequadamente. A TV o caipira. A propósito, a única virtude daquele Kléberrr que ganhou o primeiro o primeiro "Big
(14) Brotherrr" era o seu "r" que parecia um "i" mais fibroso ("fais paite", ele vivia repetindo). Aquele Kléber a fala
(15) caipira, anistiou-a, reabilitou-a. Depois sumiu nesse "mundão véio sem porterra". A fala do interiorzão de São Paulo,
(16) de parte de Minas, do Paraná, essa fala é emudecida pela TV, é perseguida como se fosse a própria mula-sem-cabeça.
(17) Por todos. Os profissionais que recrutam jovens executivos barram os caipiras. As sogras de Ipanema não querem
(18) saber de genros que puxem aquele "erre" que, aos ouvidos delas, soa como um berrante expatriado. Falar com aquele
(19) "erre" repuxado é falar como um aleijão Correntemente, a TV quer eliminar o fatídico "erre" do rude e doloroso
(20) idioma. Quer mantê-lo apenas como curiosidade remota, como a moda de viola, o bicho-de-pé, o fumo-de-rolô, os
(21) bailes de Ituverava.
(22) Você nunca viu um apresentador de telejornal do meio-dia que, em vez de emitir seu "boa tahrhde" aspiradamente
(23) acariocado, espremesse dos lábios um "tarrde" acaipirado. Difícilmente verá. Assim como dificilmente verá nordestinos
(24) curtidos e secos, genuínos, cerrando os olhos no papel de galã. Você os verá como os vê nos programas humorísticos,
(25) passando por bobalhões que não percebem a malícia dos inimigos que lhes cobijam as mulheres, você os verá em
(26) funções subalternas, melancólicas, você os verá como vê os animais em extinção.
(27) Não são apenas os negros que não têm vez na televisão brasileira. É o Brasil que não tem vez. É verdade que
(28) não temos mais o Sérgio Cardoso pintado o rosto de negro para interpretar um escravo, mas temos aí uma porção de
(29) bonitões bancada os "coronês" de araque, ou posando de jagunços perfumados. Ah, Assim, temos também os palhaços
(30) que fazem a nação inteira gargalhar às custas dos caipiras. Na TV, o banimento dos sotaques corresponde ao banimento
(31) das diferenças no ideal de Brasil integrado. O Brasil que idolatramos é um Brasil de mentira.
(Adaptado de Bucci, Eugênio, Sotaques desterrados. Folha de S. Paulo. TV Folha, 2 de junho de 2002)

01. De acordo com o sentido global do texto e as pistas contextuais dos parágrafos, assinale a alternativa que preenche adequada e corretamente as lacunas das linhas 13, 14 e 19.

- (A) reverencia – resgatou – sintático
(B) abomina – redimiu - fonético
(C) execra - corrompeu - fonético

- (D) abomina - adulterou - sintático
- (E) reverencia - redimiu - fonético

02. A crônica de Eugênio Bucci defende claramente uma tese geral, apontada ao final do texto, servindo-se de vários exemplos concretos como argumentos em favor da mesma. Entre os fatos abaixo, referidos pelo autor, assinale aquele que não constitui um argumento comprobatório de tal tese.

- (A) A maioria dos papéis de "nordestino" na Rede Globo é desempenhada por atores cariocas.
- (B) O chamado dialeto caipira não costuma aparecer na programação "séria" da TV.
- (C) O vencedor do primeiro "Big Brother Brasil" tinha um sotaque acentuadamente caipira.
- (D) A prosódia nordestina não é reproduzida com fidelidade na TV brasileira.
- (E) O papel de galã dificilmente é desempenhada por autênticos nordestinos.

03. Considere as seguintes assertivas sobre o uso de pronomes no texto.

I - As duas ocorrências do pronome isso (linhas 01-02) retomam a afirmação integral contida na frase anterior.

II - A construção pronominal si mesmo (linha 07) substitui pastiche (linha 07).

III - O pronome lo (linha 20) substitui rude e doloroso idioma (linhas 19-20).

IV - Os pronomes os (duas ocorrências da linha 24) e lhes (linha 25) fazem referência aos mesmos indivíduos.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas I e IV
- (C) Apenas II e III
- (D) Apenas I, II e III
- (E) Apenas II, III e IV

04. Os adjetivos incansável (linha 05), fatídico (linha 19) e subalternas (linha 26) evocam, respectivamente, no contexto em que aparecem, as idéias de

- (A) esforço, infortúnio e funcionalidade.
- (B) pertinácia, anacronismo e inferioridade.
- (C) continuidade, anacronismo e funcionalidade.
- (D) esforço, infortúnio e alteridade.
- (E) continuidade, infortúnio e inferioridade.

05. Considere as sugestões de substituição de formas verbais do texto abaixo listadas.

I - Substituição de cassou (linha 10) por subtraíu.

II - Substituição de percebem (linha 25) por intuem.

III - Substituição de corresponde (linha 30) por simboliza.

IV - Substituição de idolatramos (linha 31) por veneramos.

Quais mantêm exatamente a mesma estrutura original da frase?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e III
- (D) Apenas II e IV
- (E) Apenas I, II e IV.

06. Se, na linha 09, a expressão o "nordestinês" fosse substituída por os acentos nordestinos, também deveriam sofrer modificações obrigatórias na frase

- (A) um adjetivo e uma forma verbal.
- (B) um adjetivo e duas formas verbais.
- (C) dois adjetivos e uma forma verbal.
- (D) dois adjetivos e duas formas verbais.
- (E) dois adjetivos e três formas verbais.

07. Examine as seguintes sugestões de alteração (supressão e inserção de palavras) no texto.

I - Inserção de também depois de Como, na linha 11.

II - Supressão de que é na linha 11.

III - Inserção de uma antes de curiosidade remota, na linha 20.

IV - Inserção de mantém antes de a moda de viola, na linha 20.

Quais delas mantêm a correção e o sentido original do texto?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas I e III
- (C) Apenas II e IV
- (D) Apenas I, II e III
- (E) I, II, III e IV

08. A idéia de falsidade perpassa todo o texto, freqüentemente em oposição à idéia de autenticidade. Assinale a alternativa em que todas as palavras, conforme seu emprego no texto, remetem à idéia de falsidade.

- (A) dócil (linha 04), pastiche (linha 07) e higienizado (linha 07)
- (B) prosódia (linha 07), artificial (linha 07) e bancando (linha 29)
- (C) pastiche (linha 07), de araque (linha 29) e posando (linha 29)
- (D) artificial (linha 07), melancólicas (linha 26) e posando (linha 29)
- (E) higienizado (linha 07), remota (linha 20) e bancando (linha 29)

09. Analise as sugestões de alterações da pontuação do texto.

I - Inserção de vírgulas antes e depois de quase sempre (linha 01)

II - Substituição do ponto-e-vírgula da linha 06 por ponto, com modificação para maiúscula da letra inicial da palavra seguinte.

III - Inserção de vírgula depois de som (linha 11)

IV - Inserção de vírgula antes de do rude e doloroso (linha 19)

Quais manteriam a correção e o sentido original do texto?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas II e III
- (C) Apenas II e IV
- (D) Apenas I, II e III
- (E) Apenas I, III e IV

10. Assinale a alternativa que apresenta apenas formas verbais pertencentes a verbos que formam substantivos com o mesmo sufixo que aparece em banimento (linhas 30-31).

- (A) substituiu (linha 09) e aparecer (linha 10)
- (B) substituiu (linha 09) e emudecida (linha 16)
- (C) cassou (linha 10) e reabilitou (linha 15)
- (D) aparecer (linha 10) e emudecida (linha 16)
- (E) reabilitou (linha 15) e emitir (linha 22)

11. Considere as assertivas abaixo.

I - Os princípios constitucionais servem para implementar uma feição sistêmica ao conjunto de normas que formam a Constituição.

II - Os princípios constitucionais representam um norte para o intérprete que busca o sentido e o alcance das normas e formam o núcleo basilar de todo o sistema jurídico nacional.

III - Em razão de suas características, os princípios constitucionais não possuem força normativa.

Quais são corretas?

(A) Apenas I

(B) Apenas II

(C) Apenas I e II

(D) Apenas I e III

(E) Apenas II e III

12. Considere as assertivas abaixo acerca dos Direitos Humanos na Constituição Federal brasileira 1988.

I - Consideram-se prevalentes em face da supremacia normativa que exclui qualquer outra regra jurídica do sistema.

II - Apresentam-se como princípios constitucionais e, enquanto tais, estão especificados de forma exemplificativa ao longo de todo o texto constitucional.

III - Têm, no princípio da dignidade da pessoa humana e nos Direitos Fundamentais, a dimensão normativa e objetiva das suas possibilidades de concretização.

Quais são corretas?

(A) Apenas I

(B) Apenas II

(C) Apenas I e II

(D) Apenas I e III

(E) Apenas II e III

13. Assinale a assertiva incorreta

(A) Não se caracteriza o direito líquido e certo para fins de mandado de segurança quando o impetrante fundamenta o seu direito subjetivo em lei cujos efeitos foram anulados por outra em juízo singular de primeiro grau.

(B) Pelos termos do princípio da universalidade da jurisdição e do acesso ao Poder Judiciário, os casos de ameaça de lesão ou lesão de direitos podem ser julgados somente por um único ente estatal: o Poder Judiciário.

(C) A garantia constitucional do contraditório tem como requisito a participação das partes na formação das lides processuais, assegurando sua eficiência apenas se for possibilitada aos componentes da relação atuação na inteireza dos procedimentos.

(D) O direito de petição não pode ser usado como sucedâneo de instrumento processual, pois seu objetivo é tão-somente o de assegurar as prerrogativas da cidadania e não substituir o Poder Judiciário na sua plenitude de jurisdição.

(E) Não cabe agravo de decisão que indefere o pedido de suspensão da execução da liminar, ou da sentença em mandado de segurança.

14. Assinale a assertiva correta.

(A) A utilização do *habeas corpus* constitucional depende de um cometimento por parte exclusivamente do Estado, de arbitrariedade tolhedora do direito de locomoção de alguém, sendo possível de igual forma, com este instrumento, o combate de comportamento estatal omissivo que venha a tolher aquela liberdade.

- (B) O mérito de punição disciplinar militar pode ser discutido pelo "habeas corpus" desde que tenha reflexos diretos sobre a liberdade do militar.
- (C) O mandado de segurança coletivo não pode ser utilizado para a proteção de direitos que nascem de uma relação jurídica em que o bem é divisível e pertence a um grupo de pessoas determinadas.
- (D) A legitimidade passiva no âmbito do mandado de injunção se concentra nos órgãos públicos que deveriam zelar pela aplicabilidade da norma, sendo vedada a impetração contra entidades de direito privado.
- (E) São passíveis de figurar no pólo passivo do *habeas data* tão -somente as instituições públicas, da administração direta e indireta, que tenham registros de dados de cidadãos.

15. Assinale a assertiva incorreta.

- (A) São exigências constitucionais à indicação de Ministro do Superior Tribunal de Justiça: ser brasileiro nato ou naturalizado, ter entre 35 (trinta e cinco) e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ter notável saber jurídico e apresentar reputação ilibada.
- (B) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal são de livre nomeação pelo Presidente da República, após aprovação da maioria simples dos Senadores.
- (C) É garantida ao Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul a capacidade de auto-governo, para os fins de organizar sua estrutura administrativa interna e deliberar sobre assuntos próprios, envolvendo, inclusive, matérias orçamentárias, independentemente da posição do Poder Legislativo e do Poder Executivo acerca de gastos ou diminuição da máquina estatal.
- (D) Pelo princípio da inamovibilidade, não se permite no Brasil que um processo seja avocado por outro juiz, sendo vedado seu julgamento senão pelo próprio magistrado que dele tomou conhecimento e para o qual a lei apontava na época da prática do fato que constitui objeto de apreciação judicial.
- (E) Os advogados que compõem o Tribunal Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul não se enquadram no quinto constitucional.

16. Considere as assertivas abaixo.

- I - De forma geral, a competência municipal se refere a assuntos de interesse local, considerando este como o que atinge de forma premente predominante os interesses municipais, o que autoriza a supremacia da legislação local em face das demais.
- II - Quando restar patenteada a competência privativa da união sobre determinada matéria, e esta delegá-la para os Estados-Membros, mas estes se omitirem, os Municípios podem suplementar a legislação federal e estadual no que couber.
- III - É defeso ao Município atualizar o IPTU mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial da correção monetária.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

17. Considere as assertivas abaixo com relação à exploração de atividade econômica pelo Estado.

- I - Pode-se inferir, do texto constitucional, a existência de duas formas de exploração direta de atividade econômica pelo Estado no Brasil: a necessária (aquela exigida pela segurança nacional ou pelo interesse coletivo relevante) e o monopólio, cujos casos de ocorrência encontram-se dispostos na Constituição.

II - A expressão "exploração direta de atividade econômica pelo Estado", quando não há restrição expressa no próprio texto constitucional, abrange todas as entidades estatais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

III - Mesmo nos casos previstos na Constituição como monopólio estatal, a União pode contratar, observadas as condições estabelecidas em lei, com empresas estatais ou privadas a realização de tais atividades, com exceção das relacionadas aos minerais nucleares e seus derivados.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

18. Considere as assertivas abaixo.

I - A propriedade de empresa jornalística e de radiofusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

II - Em se tratando de pessoa jurídica, para fins de participação em empresa jornalística, somente é necessário que esta seja constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no país, não havendo restrição específica com relação à participação de estrangeiros.

III - O cancelamento da concessão ou permissão para serviço de radiofusão sonora e de sons e imagens depende sempre de decisão judicial, ainda que axaurido o prazo da mesma.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) Apenas I e III

19. Considere as assertivas abaixo.

I - Ao se declarar o estado de sítio, ficam automaticamente suspensos os direitos constitucionais cuja restrição consta do texto da Constituição para estas situações (como, por exemplo, suspensão da liberdade de reunião, busca e apreensão em domicílio, requisição de bens, sigilo nas comunicações e liberdade de imprensa).

II - Apesar de o juízo de conveniência para a instauração do estado de sítio caber ao Presidente da República (ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, após autorização pelo Congresso Nacional, nos termos constitucionalmente previstos), este fica, no seu exercício, sujeito a um controle político e jurisdicional.

III - O tempo de duração do estado de defesa não pode ser superior a 30 (trinta) dias, sendo renovável por igual período, desde que ainda presentes as razões que justificaram sua decretação, não podendo a detenção de qualquer pessoa ser superior a 10 (dez) dias, vedando-se a incomunicabilidade do preso.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) Apenas II e III

20. Considere as assertivas abaixo.

I - Em face das disposições do art. 144 da Constituição Federal, que trata da segurança pública, asseverando que ela é um dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é certo afirmar que tal responsabilidade, na esfera estatal, é da competência de cada unidade da federação, indiscriminadamente.

II - Pode-se afirmar que, quando o Estado-Membro deixar de organizar a segurança pública, é possível haver uma intervenção federal para fazê-lo.

III - A polícia civil no Brasil é dirigida por delegado de carreira, tendo como incumbência as funções de polícia judiciária, excetuando a apuração de infrações penais da competência da polícia federal e as militares.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) Apenas II e III

21. Assinale a assertiva correta.

- (A) O usufruto é transmissível *causa mortis*.
- (B) Adquire-se a propriedade móvel com o título translativo respectivo.
- (C) Na hipoteca, garante a obrigação principal tudo que possa ser extraível da coisa hipotecada, como valor econômico.
- (D) O princípio do *numerus clausus*, não é aplicável na área dos direitos reais.
- (E) O direito de superfície é usucapiável na forma da usucapição extraordinária.

22. Assinale a assertiva correta.

- (A) Adquire-se a propriedade do bem imóvel sem dono assenhoreando-se da coisa como sua, contínua e incontestadamente, durante 3 (três) anos.
- (B) A hipoteca pode ser, excepcional, adquirida via usucapião.
- (C) O reivindicante obrigado a indenizar benfeitorias ao possuidor de boa-fé poderá optar entre o valor atual e o custo da benfeitoria.
- (D) Na constituição do penhor industrial, a tradição efetiva da coisa empenhada é desnecessária.
- (E) O credor anticrético tem direito de excutir a coisa dada em anticrese.

23. Assinale a assertiva correta.

- (A) O usufruto em favor de pessoa jurídica é perpétuo se ela perdurar por mais de 100 (cem) anos.
- (B) O possuidor direto pode defender sua posse contra o possuidor indireto.
- (C) O exercício de alguns dos poderes inerentes à propriedade, com a utilização da violência, configura de imediato posse injusta.
- (D) A enfiteuse de terrenos de marinha está vedada no ordenamento jurídico brasileiro.
- (E) A usucapição de imóvel se adquire com o registro da sentença concessiva no Registro de Imóveis.

24. Assinale a assertiva correta.

- (A) A servidão não usada durante 10 (dez) anos contínuos é passível de extinção.
- (B) Todo direito de propriedade é perpétuo.
- (C) O usufruto e a superfície são direitos reais vitalícios, extinguindo-se com a morte do titular.
- (D) A promessa de compra e venda de imóvel, com a cláusula de arrependimento e

registrada no Registro de Imóveis, concede ao promitente comprador direito real à aquisição do imóvel.

(E) O usufrutuário não é obrigado a pagar as despesas ordinárias de conservação dos bens no estado em que os recebeu.

25. Considere as assertivas sobre arrendamento rural.

I - Presume-se contratado, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, o arrendamento rural por tempo indeterminado.

II - É vedado, por disposição legal, ajustar como preço do arrendamento rural quantidade fixa de frutos ou produtos, ou seu equivalente em dinheiro.

III - O contrato de arrendamento rural, como requisito de proteção ao arrendatário, exige forma escrita para sua validade.

Quais são corretas?

(A) Apenas I

(B) Apenas II

(C) Apenas III

(D) Apenas I e II

(E) I, II e III

26. Tomando por base o tema "contrato de seguro", considere as assertivas abaixo.

I - Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesses legítimos do segurado, relativos a pessoa ou a coisa, contra riscos determinados.

II - O contrato de seguro prova-se com a exibição da apólice ou do bilhete do seguro e, na falta deles, por documento comprobatório do pagamento do respectivo prêmio.

III - Anulável será o contrato para garantia de riscos proveniente de ato doloso do segurado, do beneficiário ou de representante de um ou de outro.

Quais são corretas?

(A) Apenas I

(B) Apenas II

(C) Apenas III

(D) Apenas I e II

(E) I, II e III

27. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

(A) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

(B) os pródigos.

(C) os que, por deficiência mental, não tiveram o necessário discernimento.

(D) os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

(E) os maiores de 16 (dezesesseis) e menores de 18 (dezoito) anos de idade.

28. São anuláveis os negócios jurídicos quando os defeitos nas declarações de vontade emanarem de

(A) erro, dolo e simulação.

(B) dolo, estado de perigo e fraude contra credores.

(C) coação, lesão e simulação.

(D) simulação, erro e estado de perigo.

(E) ignorância, dolo e fraude contra credores.

29. Assinale a assertiva correta.

- (A) A decadência convencional pode ser alegada pela parte a quem aproveita, em qualquer grau de jurisdição, mas o Juiz não pode suprir a alegação.
- (B) Os prazos de prescrição podem ser alterados pelas partes.
- (C) O Juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a relativamente incapaz.
- (D) Não corre a prescrição contra os relativamente incapazes.
- (E) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear a anulação, será este de 4 (quatro) anos, a contar da data da conclusão do ato.

30. Assinale a assertiva correta.

- (A) Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, subsistindo esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- (B) Não atendendo o alienante à denúncia da lide e sendo manifesta a procedência da evicção, deve o adquirente deixar de oferecer contestação, ou usar de recursos.
- (C) Deve o adquirente demandar pela evicção, mesmo sabendo que a coisa era alheia ou litigiosa.
- (D) Não podem as partes, mesmo por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- (E) Se parcial, mas considerável, for a evicção, não poderá o evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido.

31. A venda de ascendente a descendente é

- (A) nula, salvo se os outros descendentes expressamente houverem consentido.
- (B) inexistente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (C) anulável, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (D) válida, se os outros descendentes houverem consentido expressamente e o cônjuge do alienante houver dado seu consentimento de forma tácita.
- (E) eficaz, se os descendentes, o cônjuge e os colaterais até o quarto grau houverem consentido.

32. Na venda de um imóvel, foi estipulado o preço por medida de extensão, e esta não corresponde às dimensões dadas. Com base no enunciado, considere as assertivas propostas.

I - O comprador terá direito de exigir o complemento da área.

II - Não sendo possível o complemento da área, pode o comprador reclamar a resolução do contrato ou abatimento proporcional ao preço.

III - Se, em vez de falta, houver excesso, e o vendedor provar que tinha motivos para ignorar a medida exata da área vendida, caberá ao comprador, à sua escolha, completar o valor correspondente ao preço ou devolver o excesso.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

33. Considere as assertivas abaixo.

I - O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de resgate no prazo máximo de decadência de 3 (três) anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador.

II - O direito de retrato não é cessível nem transmissível a herdeiro e legatário.

III - A preferência impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto.

IV - A venda feita a contento do comprador não se reputará perfeita enquanto o adquirente não manifestar seu agrado.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas III e IV
- (C) Apenas I, III e IV
- (D) Apenas II, III e IV
- (E) I, II, III e IV

34. Assinale a assertiva correta.

(A) A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do vendedor para valer contra terceiros.

(B) Na venda sobre documentos, a tradição da coisa não é substituída pela entrega do seu título representativo.

(C) É nula a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do adquirente.

(D) A doação a entidade futura caducará se, em 2 (dois) anos, esta não estiver constituída regularmente.

(E) Não se aplicam à troca as disposições referentes à compra e venda.

35. Considere as assertivas abaixo.

I - O divórcio pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens.

II - A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor.

III - Não deve casar o divorciado enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.

IV - As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas III e IV
- (C) Apenas I, II e III
- (D) Apenas II, III e IV
- (E) I, II, III e IV

36. Considere as assertivas abaixo.

I - Possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir constituem condições da ação.

II - *Legitimatío ad causam* constitui pressuposto processual.

III - *Legitimatío ad processum* constitui uma das condições da ação.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III

- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

37. Estando em dúvida sobre fatos da causa, o Juiz, de ofício, determina a produção de prova testemunhal. Essa atitude implica

- (A) abuso de poder.
- (B) violação das regras sobre o ônus da prova.
- (C) manifesto equívoco do magistrado, visto que a decisão pode comprometer sua imparcialidade.
- (D) interferência justificada, desde que necessária à instrução do processo.
- (E) interferência indébita na esfera das partes, pois, pelo princípio dispositivo, somente a elas cabe dispor da prova.

38. Considere as assertivas sobre competência.

I - Argüi-se, por meio de exceção, a incompetência relativa.

II - Declarada a incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão nulos.

III - Prorroga-se a competência se o réu não opuser exceção declinatória de foro e de juízo, no caso e prazo legais.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

39. O Juiz, em ação que tem por objeto cumprimento de obrigação de fazer, entendendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, concede tutela liminar requerida pela parte e, ao mesmo tempo, sem pedido expresso, impõe multa diária ao réu, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito. A imposição da multa.

- (A) encontra amparo no ordenamento positivo brasileiro.
- (B) fere o princípio da imparcialidade.
- (C) só poderia ser feita depois de comprovada a resistência da parte demandada em atender à ordem judicial.
- (D) Justifica-se pelo princípio da economia processual.
- (E) atenta contra o princípio da demanda.

40. O Código de Processo Civil estabelece que a citação deva ser feita pelo correio, para qualquer comarca do País. No entanto, fixa exceções a esta regra. Aplica-se a regra geral e não a exceção

- (A) nas ações de estado.
- (B) quando for ré pessoa incapaz.
- (C) quando for ré pessoa de direito público.
- (D) quando o réu residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência.
- (E) nas ações de rito sumário.

41. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo quando interposta da sentença que

- (A) rejeitar liminarmente a petição inicial da ação de execução.
- (B) julgar procedente os embargos à execução.
- (C) confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

- (D) julgar improcedente o mandado de segurança.
- (E) julgar procedente a ação popular.

42. Após publicada a sentença de mérito, a parte peticiona ao Juiz mostrando a existência de erro de fato no julgamento, porque não teria sido considerada prova documental existente nos autos. O Juiz

- (A) entendendo que assiste razão ao requerente, atento ao fim último do processo, que é fazer justiça, acolhe o pedido e modifica a sentença.
- (B) não conhece do pedido, porque esgotou seu ofício jurisdicional.
- (C) altera a sentença, porque entende se cuidar de inexatidão material.
- (D) submete a questão ao contraditório da outra parte e indefere o pedido, porque constatou a inexistência do erro de fato.
- (E) indefere o pedido, porque deveria ter sido veiculado por meio de embargos de declaração.

43. Sobre agravo, considere as assertivas abaixo.

I - Interposto o agravo retido e ouvido o agravado no prazo de 10 (dez) dias, o Juiz poderá reformar sua decisão.

II - Será retido o agravo de decisão proferida na audiência de instrução e julgamento e de decisão que inadmite a apelação interposta.

III - Recebido o agravo de instrumento no Tribunal e distribuído incontinenter, o Relator negar-lhe-á seguimento, liminarmente, se assim o entender, por aplicação do princípio do livre arbítrio judicial.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

44. Transitada em julgado a sentença condenatória, a parte vitoriosa promove execução perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição. O Juiz, de ofício, determina a redistribuição do feito. Neste caso,

- (A) poderia fazê-lo, em face da autonomia do processo executivo em relação ao processo de conhecimento.
- (B) deveria esperar que a outra parte suscitasse exceção de incompetência.
- (C) equivocou-se, por ser ele mesmo o juízo competente para a execução.
- (D) remete os autos ao Tribunal de Justiça, porque o acórdão substitui a sentença, devendo a execução processar-se em segundo grau de jurisdição.
- (E) agiu de forma correta, porque a distribuição deve ser feita de forma alternada entre os Juízes da comarca.

45. Assinale a assertiva incorreta.

- (A) As medidas cautelares não coercitivas não estão submetidas ao prazo do art. 806 do Código de Processo Civil, caso em que a ação principal não precisa ser ajuizada em 30 (trinta) dias.
- (B) O processo cautelar foi concebido para antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, relativamente ao processo de conhecimento.
- (C) Cessa a eficácia da medida cautelar se esta não for executada no prazo de 30 (trinta) dias.
- (D) O requerente do procedimento cautelar responde ao requerido pelo prejuízo que lhe

causar a execução da medida, sendo que em tal caso a indenização será liquidada nos próprios autos.

(E) O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo.

46. Em processo de conhecimento que tem por objeto a entrega de coisa, o demandado, em sua contestação, não alega direito de retenção por benfeitorias. Neste caso,

(A) tem-se por precluída a possibilidade de alegar mais tarde tal direito de retenção.

(B) o direito de retenção somente poderá ser alegado na futura execução do título judicial.

(C) o direito de retenção poderá ser alegado a qualquer tempo, antes de prolatada a sentença, mesmo, depois de oferecida a contestação.

(D) o direito de retenção poderá ser alegado tanto na contestação quando nos embargos à execução fundada em título judicial.

(E) o executado, mesmo que não tivesse alegado na contestação à ação o direito de retenção, poderia fazê-lo nos embargos à execução, sob o fundamento de que as benfeitorias foram introduzidas na coisa somente depois de iniciada a execução para a entrega da coisa.

47. Sobre petição inicial, considere as assertivas abaixo.

I- o Juiz deve indeferir a petição inicial por inepta, por lhe faltar pedido.

II- indeferida a petição inicial, o autor poderá agravar, facultado ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, reformar sua decisão.

III- é permitida a cumulação de pedidos, num único processo, contra o mesmo réu, ainda que entre eles não haja conexão.

Quais são corretas?

(A) Apenas I

(B) Apenas II

(C) Apenas III

(D) Apenas I e III

(E) I, II e III

48. Pode alguém ser, simultaneamente, sujeito ativo e passivo do mesmo crime?

(A) pode, no crime de rixa.

(B) pode, na contravenção de embriaguez

(C) pode, na lesão do próprio corpo com o intuito de haver valor de seguro

(D) pode, no crime de incêndio, quando o agente ateia fogo à própria casa.

(E) não pode.

49. O crime previsto no art. 122 do Código Penal("induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça") é delito

(A) de forma vinculada-cumulativa

(B) multitudinário

(C) de ação múltipla

(D) complexo

(E) progressivo

50. Antônio põe fogo à casa onde reside com o propósito de obter o pagamento do seguro que fizera 2(dois) meses antes. Anexa à casa havia uma garagem de madeira, também de sua propriedade, onde um grupo de índios sem-teto habitualmente pernoitava. Por ocasião do incêndio, os sem-teto acordaram e fugiram do local. Em face do enunciado, Antônio praticou crime de

- (A) tentativa de homicídio
- (B) incêndio qualificado
- (C) estelionato
- (D) estelionato e incêndio, em concurso formal
- (E) incêndio

51. A e B caçavam marrecas. Em dado momento, A aponta sua espingarda na direção de uma marreca e dispara um tiro, vindo a atingir B que estava agachada a sua frente e que, apesar de alertado por A, levantou-se no momento do tiro. Concluída a instrução, o juiz condena A por homicídio culposo, sustentando Ter ocorrido

- (A) *aberratio Criminis*
- (B) erro de proibição
- (C) erro do tipo essencial
- (D) crime pulativo por erro de tipo
- (E) *aberratio ictus*

52. Considere as assertivas abaixo

I- extingue-se a punibilidade com o perdão do ofendido, logo após iniciada a execução da pena.

II- extingue-se a punibilidade com a morte do ofendido, antes da sentença condenatória recorrível, no crime de adultério

III -extingue-se a punibilidade do fato atribuído ao agente, com o perdão do ofendido antes da sentença, no crime de denunciação caluniosa.

IV- extingue-se a punibilidade do fato atribuído ao acusado, com a morte do autor do furto, no crime de receptação.

V- extingue-se a punibilidade do fato quando ocorrer a retratação do agente antes da sentença, no crime de calúnia.

Quais são corretas?

- (A) apenas I e IV
- (B) apenas II e V
- (C) apenas I, II e III
- (D) apenas III, IV e V
- (E) I, II,III,IV e V

53. João cede seu apartamento para Luiz e Maria manterem relações sexuais. Sem que eles soubessem, João pretendia gravar em vídeo o relacionamento de ambos, como efetivamente o fez. No decorrer dos fatos, Luiz resolve, contra a vontade de Maria, constrangê-la à realização de copula anal. Em face do crime de atentado violento ao pudor perpetrado por Luiz, a conduta de João poderia ser caracterizada como

- (A) atípica
- (B) culposa
- (C) criminosa por ter atuado como partícipe no cometimento do atentado
- (D) criminosa por ter atuado como co-autor no cometimento do atentado
- (E) criminosa por ter atuado como autor colateral no cometimento do atentado.

54. Assinale a assertiva correta.

- (A) é punível a conduta do agente quando lícita a ação por ocasião de sua realização e ilícita quando do resultado
- (B) é punível a conduta do agente quando ilícita a ação por ocasião de sua realização e lícita quando do resultado
- (C) é punível, com base na lei em vigor quando da libertação da vítima, a conduta do

sequestrador, ainda que menos rigorosa a lei em vigor quando iniciada a prática do crime
(D) é isento de pena o agente que pratica o fato em legítima defesa
(E) é lícita a conduta do agente que pratica o fato acometido de doença mental que lhe retira completamente a capacidade intelectual

55. Assinale a assertiva correta.

(A) em relação à determinação do lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade, só aplicável, no entanto, às infrações penais consumadas.

(B) furtos praticados em continuidade delitiva, parte em território argentino, não ficam sujeitos à lei penal brasileira.

(C) aplica-se a lei penal brasileira ao brasileiro que, fora do território nacional, pratique fato contravençional contra brasileiro.

(D) a lei nº 9.099/95, em relação ao tempo do crime, adotou a teoria do resultado.

(E) o Cônsul uruguaio acreditado junto ao Governo Brasileiro, quando em missão diplomática, goza de imunidade de jurisdição penal no Brasil.

56. Antônio subtrai o laptop de Pedro, seu irmão, e, 2(dois) dias após, vende-o ao comerciante Henrique, que sabia ser o equipamento produto furtado. Diante do enunciado, considere as assertivas abaixo.

I- a ação penal, pelo crime de furto, é pública condicionada.

II- a conduta de Antônio, ao vender o laptop a Henrique, é fato impunível.

III- a responsabilidade criminal de Henrique pela receptação do laptop somente será possível caso Pedro represente contra Antônio.

Quais são corretas?

(A) apenas I

(B) apenas II

(C) apenas III

(D) apenas I e II

(E) I, II, e III

57. É incorreto afirmar que o prazo da prescrição da pretensão punitiva não ocorre enquanto

(A) não resolvida, noutro processo, a questão de que dependa o reconhecimento do crime.

(B) o Poder Legislativo não deliberar sobre pedido de licença para processar criminalmente o acusado parlamentar.

(C) o acusado, citado por edital, não comparece a juízo nem constitui defensor.

(D) o acusado cumpre pena no estrangeiro

(E) suspenso o processo, na hipótese de infração penal a que a lei comine pena mínima igual ou inferior a 1(um) ano.

58. Antônio, em decorrência de atropelamento, sofre múltiplas lesões graves que determinam sua internação no Hospital de Pronto-Socorro, onde permanece vários dias imobilizados. Em razão do acontecido, Antônio contrai broncopneumonia que acaba por matá-lo. Pedro, o motorista causador do atropelamento por imprudência, responderá processo criminal por

(A) homicídio culposo, pois a morte de Antônio, determinada por causa relativamente independente, situa-se na linha de desdobramento físico do atropelamento

(B) lesões corporais culposas, pois a broncopneumonia é considerada causa absolutamente independente.

(C) lesões corporais culposas, pois a broncopneumonia é considerada causa relativamente independente, não figurando a morte da vítima, no entanto, na linha de

desdobramento físico do atropelamento.

(D) lesões corporais seguidas de morte, não incidindo, no caso, a regra geral da relação de causalidade prevista no Código Penal.

(E) tentativa de homicídio, absorvidas as lesões, porque, no caso, a broncopneumonia é reputada causa superveniente relativamente independente.

59. Assinale a assertiva incorreta

(A) objeto do crime é a coisa ou a pessoa sobre a qual recai a conduta delituosa do agente. Servem como exemplos a energia elétrica, no crime de furto, e a pessoa viva, no crime de homicídio, respectivamente.

(B) o infanticídio, como o peculato, é crime próprio

(C) agente com 20(vinte) anos de idade que pratica crime contra a pessoa, depois de 12 de janeiro de 2003, não poderá se beneficiar da atenuante de menoridade.

(D) pessoa solteira pode responder por crime de bigamia.

(E) o benefício da graça é individual: o do indulto, coletivo. A graça, em regra, é provocada, e o indulto, espontâneo.

60. Assinale a assertiva incorreta

(A) no concurso material, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja o agente incorrido.

(B) no concurso formal heterogêneo, aplica-se a pena privativa de liberdade do crime mais grave, aumentada de 1/6 (um sexto) até a metade, não podendo exceder, no entanto, a que seria cabível se o concurso fosse material.

(C) no crime continuado, as penas de multa deverão ser aplicadas distinta e cumulativamente.

(D) quando forem aplicadas penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, o condenado as cumprirá simultaneamente, se compatíveis entre si.

(E) a proibição temporária do exercício do cargo público é espécie de pena restrita de direito e não efeito de condenação.

61. João, menor de 21(vinte e um) anos, reincidente, depois de longa busca, foi localizado e preso. Levado a juízo, foi interrogado sem curador, porque a procedimento criminal estava finalizando e não havia, no momento, nenhum advogado disponível. Neste caso, o ato

(A) não é nulo, porque o réu era reincidente.

(B) é nulo, porque o réu não poderia ser interrogado ao final do procedimento

(C) não é nulo, porque o réu era maior de 20 (vinte) anos.

(D) é nulo, porque não fora nomeado um curador para o réu.

(E) não é nulo, porque se tratava de réu preso.

62. Padre Alberto ouviu, em confissão, Paulo admitir que cometeu o crime pelo qual está sendo processado. É a única testemunha existente e, embora desobrigado pelo réu, não quis dar seu testemunho. Alegando proibição. O juiz, corretamente,

(A) deve obrigá-lo a depor, porque toda pessoa poderá ser testemunha

(B) não deve obrigá-lo a depor, porque ele não prestaria o compromisso do art. 203 do Código de Processo Penal.

(C) deve obrigá-lo a depor, porque foi desobrigado pelo réu.

(D) deve obrigá-lo a depor, porque, sendo a única testemunha, aplica-se o final do art. 206 do Código de Processo Penal.

(E) não deve obrigá-lo a depor, porque ouviu o relato em confissão.

63. José, por motivo fútil, em um bar no centro da cidade de Porto Alegre, esfaqueia e mata seu amigo Sebastião, fugindo, em seguida, em direção à cidade de Canoas. Trinta minutos após o acontecido, a polícia toma conhecimento do crime e do local de fuga de José. Em diligências ininterruptas, logra detê-lo em Canoas, 5 (cinco) anos depois, com a faca ainda ensanguentada, prendendo-se em flagrante. Neste caso José

- (A) poderia ser preso, porque foi encontrado com a arma utilizada no crime.
- (B) não poderia ser preso, porque já se encontrava em outra cidade.
- (C) não poderia ser preso, porque já haviam se passado mais de 2 (duas) horas entre o fato e a prisão
- (D) poderia ser preso, porque se trata de crime hediondo
- (E) não poderia ser preso, porque não houve perseguição imediata ao crime.

64. Por ter Antônio difamado-o, Manoel ingressou com ação penal privada por crime de difamação, requerendo, além da condenação, sua prisão preventiva. Antônio, empresário conhecido na cidade, já responde a outros 6(seis) processos pela prática dos crimes dos arts. 129, *caput*, do Código Penal (três) e 139 do Código Penal (três), tendo sido, no dia anterior ao pedido, condenado por um deles. Pode o Juiz decretar a prisão?

- (A) sim, porque a soma das penas máximas dos 6(seis) delitos. Imputados era igual a 6(seis) anos, e ele já estava condenado.
- (B) não, porque se tratava de ação penal privada.
- (C) sim, porque o querelado já responde a 6(seis) processos por crime doloso.
- (D) não, porque o querelado era pessoa conhecida e trabalhava na comunidade.
- (E) sim, porque o querelado era uma pessoa agressiva e difamadora.

65. João, foi preso em flagrante pela prática de furto qualificado. O promotor de Justiça, 48 (quarenta e oito) horas após receber o inquérito policial, requer ao Juiz diligências imprescindíveis. Tomando conhecimento deste pedido, o ofendido apresentou, imediatamente, queixa-crime contra João. O Juiz, corretamente,

- (A) recebe a queixa-crime e indefere as diligências do Promotor.
- (B) defere as diligências, não recebendo a queixa-crime.
- (C) defere as diligências e também recebe a queixa-crime, porque o querelado está preso.
- (D) não recebe a queixa-crime por se tratar de réu preso por crime contra o patrimônio.
- (E) devolve o inquérito ao Promotor para a denúncia por ter a queixa-crime sido apresentada

66. João, doente mental, matou Antônio com um golpe de faca. Instaurado o incidente de insanidade mental, o laudo do Instituto Psiquiátrico Forense concluiu que o denunciado era inimputável(art. 26, *caput*, do Código penal). Face à sua condição, João nada disse quando ouvido, tanto na polícia, como em júri. Duas testemunhas presenciais, única prova oral existente, declararam que o réu estava sendo agredido na cabeça pela vítima, quando deferiu nela o golpe mortal. O Juiz deve, corretamente,

- (A) impronunciar o réu por ser ele doente mental.
- (B) prolatar sentença absolutória e aplicar medida de segurança, por ser o réu doente mental.
- (C) impronunciar o réu por ser ele doente mental e por ter mantido silêncio.
- (D) prolatar sentença absolutória e não aplicar medida de segurança.
- (E) pronunciar o réu para que o júri aprecie a tese defensiva da legítima defesa.

67. Pedro, denunciado pelo cometimento do crime de roubo, é condenado pela prática de delito de furto qualificado. Da sentença, apenas recorreu o Ministério Público, pedindo o aumento da pena e cassação do *sursis*. A Câmara pode decidir:

I- baixar o processo para o Juiz se pronunciar sobre este novo pedido ministerial;.

II- manter a pena da sentença;

III- condenar pelo crime de roubo, já que o recurso é da acusação;

IV- aumentar a pena;

V - cassar o *sursis*

Quais as decisões corretas?

(A) Apenas I e V

(B) Apenas II e III

(C) Apenas III e IV

(D) Apenas I, II e III

(E) Apenas II, IV e V

68. Paula, que tem 2(dois) filhos pequenos, após cumprir 1/6 (um sexto) de sua pena em regime semi-aberto, requereu ao Juiz da Vara das Execuções a progressão de seu regime prisional. Deve o Magistrado, para deferir o requerimento:

I- transferi-la para a seção de triagem do presídio;

II- ouvir o Ministério Público;

III- ouvir o Conselho Penitenciário

IV- colher o parecer da Comissão Técnica de Classificação

V- conferir se a apenada está trabalhando ou tem condições de fazê-lo imediatamente.

Considerando este enunciado, quais são as assertivas corretas?

(A) Apenas II e IV

(B) Apenas III e V

(C) Apenas I, III e IV

(D) Apenas I, II, IV e V

(E) Apenas II, III, IV e V

69. O Ministério Público denunciou José pela prática de crime de difamação (art. 139 do Código Penal), acolhendo representação de funcionário público. Ao ser citado, e em data anterior ao interrogatório, o advogado de José solicita ao juiz a designação de audiência de conciliação na forma do art. 520 do Código de processo Penal. O Juiz deve, corretamente,

(A) rejeitar o pedido, porque se trata de denúncia por crime de difamação.

(B) acolher o pedido e designar uma data para a audiência.

(C) apenas ouvir o Promotor de Justiça, antes de marcar a data.

(D) ouvir o ofendido e o Promotor de Justiça sobre o pedido do advogado.

(E) rejeitar o requerimento, porque se trata de ação penal pública.

70. O oficial de justiça, após procurar insistentemente João, para citá-lo, certifica que este está se escondendo. Qual a atitude correta a ser tomada pelo Juiz?

(A) Encaminhar o processo ao Promotor de Justiça, para as providências que entender cabíveis.

(B) Oficiar aos órgãos públicos, solicitando outros endereços do réu.

(C) Determinar, novamente, a citação por mandado, substituindo o oficial de justiça.

(D) Determinar a citação por edital.

(E) Considerar o réu revel e nomear-lhe um defensor, para apresentar a defesa prévia.

71. José foi denunciado pela prática de crime de furto qualificado mediante escalada, contra Maria. Colhida a prova, verifica-se que não houve a escalada, mas arrombamento e concurso de agentes. O que deve o Juíz fazer corretamente?

- (A) Anular o processo a partir da denúncia ,inclusive mandando-o de volta ao Promotor de Justiça, para refazer a denúncia.
- (B) Absolver o acusado, porque a denúncia estava errada.
- (C) dar vista à defesa para, no prazo de 8 (oito) dias, falar e produzir provas.
- (D) Sentenciar o processo e, se for o caso, condenar o réu.
- (E) Dar vista ao Promotor de Justiça , para refazer ou aditar a denúncia.

72. Faz coisa julgada no cível, para o efeito de indenização do dano à vítima, a sentença penal que absolver o réu

- (A) por falta de prova da existência do fato.
- (B) por mostrar a prova que ele não é o autor do crime.
- (C) por haver prova de que o fato não é ilícito penal.
- (D) por falta de prova de que o réu é o autor do crime.
- (E) por mostrar a prova que a punibilidade está extinta pela prescrição da pretensão punitiva.

73. Considere as assertivas abaixo.

I- Considera-se arrendamento mercantil, para efeitos da lei nº 6.099/74, o negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta.

II- Os contratos de arrendamento mercantil celebrados com entidades domiciliadas no exterior deverão ser submetidos a registro no Banco Central do Brasil.

III- O contrato de arrendamento mercantil conterà disposição sobre a opção de compra ou renovação do contrato, como faculdade do arrendatário.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

74. Assinale a assertiva incorreta

(A) Depois da apresentação e da protocolização, o apresentante não poderá retirar o título ou documento de dívida encaminhando a protesto, mesmo que pague os emolumentos e demais despesas.

(B) O cancelamento do registro do protesto será solicitado diretamente no tabelionato de Protestos de Títulos, por qualquer interessado, mediante apresentação do documento protestado, cuja, cópia ficará arquivada.

(C) Protesto é o ato formal e solene pelo qual se provam a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.

(D) O protesto será registrado dentro de 3(três) dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida.

(E) O pagamento do título ou do documento de dívida apresentado para protesto será feito diretamente no tabelionato competente , no valor igual ao declarado pelo apresentante, acrescido dos emolumentos e demais despesas.

75. Assinale a assertiva correta.

(A) A cédula de crédito rural é título comercial, líquido e certo, exigível pela soma dela constante ou do endosso, além dos juros, da comissão de fiscalização, se houver, e demais despesas que o credor fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito regularidade e realização de seu direito creditório.

(B) A cédula de crédito rural não poderá ser aditada, ratificada ou retificada frente ao princípio da cartularidade.

(C) A cédula de crédito rural pignoratícia, para ter eficácia contra terceiros, deve ser registrada no cartório de Registro de Imóveis em que esteja situado o imóvel de localização dos bens penhados.

(D) Não pode ser objeto de hipoteca cedular o imóvel urbano diante da natureza jurídica do financiamento rural que ela envolve.

(E) Não podem servir de garantia cedular os gêneros oriundos da produção agrícola já que isso impediria sua livre comercialização.

76. Considere as assertivas abaixo.

I- O comprador poderá deixar de aceitar a duplicata mercantil por motivo de divergência nos prazos ou nos preços ajustados.

II- A duplicata mercantil e a duplicata rural são regidas pela Lei nº 5.474/68.

III- O prazo para remessa da duplicata mercantil será de 15(quinze) dias, contados da data de sua emissão.

Quais são corretas?

(A) Apenas I

(B) Apenas II

(C) Apenas III

(D) Apenas II e III

(E) I, II e III

77. Tomando por base o tema "servidor público", considere as assertivas abaixo.

I- O presidente da república pode dispor, mediante decreto, sobre a extinção de função ou cargo públicos federais, quando vagos.

II- O servidor público de uma fundação, no exercício do mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, pode cumular e remuneração com os subsídios.

III- A Administração Pública pode reservar, por decreto, percentual de cargos e empregos públicos para pessoas portadores de deficiência com base na discricionariedade administrativa.

Quais são corretas?

(A) Apenas I

(B) Apenas II

(C) Apenas III

(D) Apenas I e II

(E) I, II e III

78. São pessoas jurídicas de direito público interno consoante classificação legal (art. 41 do Código Civil).

(A) a União, as autarquias e as empresas públicas

(B) os Estados, os Municípios e as demais entidades de caráter público criadas por lei.

(C) os Estados, os Municípios e as Sociedades de economia mista.

(D) a União, o Poder, Legislativo Estadual e os Municípios.

(E) a República Federativa do Brasil, os Estados e os Municípios.

79. Tomando por tema a "improbidade administrativa", considere as assertivas abaixo.

I- O servidor público punido com pena de demissão através de processo administrativo disciplinar pode, pelo mesmo fato, também ser penalizado por improbidade administrativa prevista na Lei nº 8.429/92, já que as sanções são independentes.

II- As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/92 podem ser propostas até 5 (cinco) anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

III- A ação Cível por improbidade administrativa, como ação patrimonial, admite transação. Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II, III

80. Segundo a Lei nº 8.666/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos,

(A) a concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(B) é inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem

(C) a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos que a lei prevê.

(D) os contratos administrativos só podem ser alterados por acordo de partes quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

(E) o contrato administrativo pode ser rescindido por ato unilateral e escrito da administração Pública, a qualquer momento, por conveniência e oportunidade administrativa.

81. Quando o tema é "bem público", é correto afirmar que

(A) o leilão é a modalidade licitatória típica para a alienação de bem público imóvel.

(B) os bens públicos de uso comum do povo são os rios, mares, estradas, ruas, praças e edifícios públicos.

(C) os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

(D) o uso comum dos bens públicos será sempre oneroso

(E) a concessão de uso de bem público se formaliza por ato administrativo em respeito à supremacia do interesse público sobre o particular.

82. Sobre desapropriação, umas das formas de intervenção do Estado com previsão constitucional, é correto afirmar que

(A) a propriedade produtiva pode ser desapropriada para fins de reforma agrária, desde que seu proprietário possua outra.

(B) a indenização na desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, será prévia, justa e em dinheiro.

(C) os concessionários de serviços públicos poderão promover desapropriações mediante

autorização expressa em lei.

(D) os bens do domínio do Município não podem ser desapropriados por utilidade pública pelo Estado em respeito ao princípio federativo.

(E) a desapropriação indireta, como uma das modalidades desapropriatórias, exige indenização prévia, justa e em dinheiro.

83. Considere as assertivas abaixo.

I- A Administração Pública deve obedecer, no processo administrativo de autotutela, dentre outros, os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

II- O direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5(cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

III- Os atos administrativos discricionários necessitam de motivação para sua validade.

Segundo a lei nº 9.784/99, que trata do processo administrativo no âmbito da administração Pública Federal, quais são corretas?

(A) Apenas I

(B) Apenas II

(C) Apenas III

(D) Apenas I e II

(E) I, II e III

84. Os atos administrativos são passíveis de controle interno e externo. Diante disso,

(A) em respeito à presunção de legitimidade, pode a Administração Pública sustentar o descumprimento em liminar em mandado de segurança.

(B) a declaração de nulidade de um ato administrativo pode ser feita tanto pela Administração Pública como pelo Poder Judiciário.

(C) o controle jurisdicional revoga o ato administrativo.

(D) a existência de processo administrativo interposto pelo interessado é causa suspensiva do controle jurisdicional.

(E) o Tribunal de Contas é órgão de controle interno da Administração Pública.

85. Sobre a responsabilidade civil da Administração Pública, é correto afirmar que

(A) a Administração Pública somente está obrigada a reparar o dano se o lesado demonstrar que o agente público agiu com culpa.

(B) a Administração Pública está obrigada a indenizar, mesmo que fique demonstrada a culpa exclusiva da vítima.

(C) o art. 37, § 6º, da Constituição Federal adotou a teoria subjetiva da culpa.

(D) paga a indenização, surge para a Administração Pública, independentemente de aferição de culpa, o direito de regresso.

(E) o empregado de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público é considerado agente para efeito de responsabilidade civil administrativa.

86. A Constituição Federal estabelece limitações do poder de tributar à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Não se enquadra nesta vedação

(A) utilizar tributo para confiscar bens.

(B) instituir impostos sobre templos de qualquer culto.

(C) cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que instituiu.

- (D) aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- (E) instituir contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

87. Compete aos Estados instituir impostos sobre

- (A) transmissão *causa mortis* sobre quaisquer direitos.
- (B) importação de produtos estrangeiros.
- (C) transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza.
- (D) produtos industrializados.
- (E) propriedade territorial rural.

88. Considere as assertivas abaixo.

I - Tributo é o imposto cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II - Sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

III - São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador tributário.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

89. Assinale a assertiva correta.

(A) Na interpretação da legislação tributária, a autoridade competente pode empregar a equidade para dispensar pagamento de tributo devido.

(B) Constitui efeito da solidariedade tributária o fato de que a interrupção da prescrição, em favor de um dos obrigados, favorece os demais, se não houver disposição de lei em contrário.

(C) Salvo disposição legal em contrário, os acordos particulares, por constituírem lei entre as partes, podem ser opostos à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes, afastando, com isso, a responsabilidade pelo pagamento de tributos.

(D) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.

(E) O adquirente não tem responsabilidade como sucessor pelo tributo relativo ao bem adquirido por aplicação do princípio da personalidade tributária.

90. Considere as assertivas abaixo.

I - Pertence aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem.

II - Pertencem aos Municípios 50% (cinquenta por centos) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

III - Pertencem ao Distrito Federal 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

GABARITO

01.B	02.C	03.B	04.E	05.E	06.D	07.D	08.C	09.A	10.D
11.C	12.E	13.A	14.D	15.B	16.D	17.E	18.A	19.B	20.E
21.C	22.D	23.B	24.A	25.B	26.D	27.C	28.B	29.A	30.A
31.C	32.E	33.C	34.D	35.E	36.A	37.D	38.E	39.A	40.E
41.C	42.B	43.A	44.C	45.B	46.A	47.D	48.E	49.C	50.B
51.A	52.B	53.A	54.C	55.E	56.D	57.B	58.A	59.C	60.D
61.D	62.E	63.A	64.D	65.B	66.D	67.E	68.A	69.E	70.D
71.C	72.B	73.E	74.A	75.C	76.A	77.A	78.B	79.D	80.C
81.C	82.C	83.E	84.B	85.E	86.E	87.A	88.D	89.B	90.D